



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

PORTARIA Nº 7, DE 8 DE JANEIRO DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005139/2018-72, resolve:

Capítulo I DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa SPE Figueira Branca Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.665.352/0001-30, com Sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 7º Andar, Sala Q, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Figueira Branca, no Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.038002-4.01, com 10.500 kW de capacidade instalada e 5.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por cinco Unidades Geradoras de 2.100 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Figueira Branca, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de vinte e seis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Touros, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

- I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;
- II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:
 - a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 9 de julho de 2022;
 - b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 9 de julho de 2022;
 - c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2021;
 - d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 8 de agosto de 2022;
 - e) início das Obras Civas das Estruturas: até 6 de setembro de 2022;
 - f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 6 de outubro de 2022;
 - g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 5 de novembro de 2022;
 - h) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 26 de dezembro de 2022;
 - i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 31 de dezembro de 2023;

- j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 7 de outubro de 2023;
- k) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 6 de dezembro de 2023;
- l) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 11 de dezembro de 2023;
- m) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 16 de dezembro de 2023;
- n) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 21 de dezembro de 2023;
- o) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2023;
- p) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 11 de dezembro de 2023;
- q) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 16 de dezembro de 2023;
- r) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 21 de dezembro de 2023;
- s) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2023; e
- t) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 31 de dezembro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 4.549.800,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Figueira Branca;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Figueira Branca, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Figueira Branca, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2018, são de exclusiva responsabilidade da SPE Figueira Branca Energia S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A SPE Figueira Branca Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A SPE Figueira Branca Energia S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, **caput** e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Figueira Branca, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A SPE Figueira Branca Energia S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da SPE Figueira Branca Energia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Fernando Mano da Silva	CPF: 690.436.121-20
Representante legal: Alessandro Gregori Filho	CPF: 286.054.178-03
Responsável técnico: Júlio Cezar Lemes Pinto	CPF: 725.211.126-15
Contador: Daniela Ribeiro Mendes	CPF: 189.024.198-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$)	
Bens	64.702.000,00
Serviços	18.573.000,00
Outros	7.721.000,00
Total (1)	90.996.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$)	
Bens	58.717.000,00
Serviços	16.855.000,00
Outros	7.007.000,00
Total (2)	82.579.000,00
Período de Execução do Projeto: De 29 de julho de 2022 a 29 de dezembro de 2023.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
CPFL Energias Renováveis S.A.	08.439.659/0001-50	99,9989 %
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03	0,0011 %

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Figueira Branca		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	225.025	9.421.648
2	225.164	9.421.930
3	225.272	9.422.221
4	225.388	9.422.511
5	224.645	9.423.280

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.